

As "tribos" de Brasília

O Congresso Nacional possui 503 deputados federais, 81 senadores e 14 mil funcionários. Todos, teoricamente ao menos, trabalham pelo bem do povo brasileiro. Oficialmente, tais possuidores de mandato popular dividem-se em partidos políticos, que cumprem, em todos os pormenores, o que a lei manda. Porém, quando um assunto importante, uma decisão relevante ou tema candente aparece no

horizonte político nacional não é, em absoluto, a fronteira partidária que segmenta as *vontades* dos congressistas. Outros, bem outros são os motivos que dividem as preocupações de deputados e senadores.

Os ruralistas, os evangélicos, os nacionalistas, os defensores dos funcionários do setor de Saúde, os parlamentares preocupados com os interesses dos membros do Poder Judiciário, os identificados com os possíveis direitos lesados dos delegados de polícia, sem esquecer, é claro, os grandes lutadores por tudo aquilo que interessa aos funcionários das estatais em geral — todos pertencem, é claro, a determinado partido político até que uma necessidade maior se levante; aí acaba o partido e começa a corporação.

Aguerridos defensores dos interesses das estatais, por exemplo, podem ser encontrados tanto no PT, como no PPS, como no PPR do senhor Paulo Maluf. Inimigos, inimigos, patriotismo à parte! A esquerda pode não se entender internamente em muitas coisas — o que é bom para o PT nem sempre serve ao PPS (o antiqüíssimo PCB), que, por sua vez, não concorda com as posições "socialistas" do PSB — mas... o que é bom para os funcionários do BB é perfeito para a esquerda parlamentar brasileira. E para a direita, para o centro-direita também! Provavelmente nada desse apoio multipartidário tem qualquer ligação com a revelação feita pelo deputado Wilson Campos, em plenário, há pouco mais de ano, de que 77,3% dos deputados brasileiros "estão devendo para o Banco do Brasil", citando como fonte o próprio banco. Em números exatos: 389 deputados deviam ao BB; mais de dois

terços da Câmara. Não é difícil entender como é fácil, em tais condições, o banco fazer amigos e influenciar pessoas no Congresso Nacional.

É verdade que nem sempre apenas interesses pessoais constroem

"grupos de pressão" no Congresso Nacional. Os evangélicos, por exemplo — cerca de 30 parlamentares —, também possuem seus interesses específicos, que apenas começam com uma certa vontade

de ter de volta a censura nos meios de comunicação. Nesse caso, como na reivindicação de favores oriundos do Orçamento da União, que contempla as diferentes igrejas com verbas públicas, unem-se aos integrantes do lobby católico. Mas o que aproxima mesmo este grupo é a posse de emissoras de rádio e TV. Essa moeda (a concessão) vale muito. Prova disso são os cinco anos de mandato do ex-presidente José Sarney.

Nada é muito diferente com as três centenas de votos certos com que contam os famosos "nacionalistas" empedernidos da Casa das Leis nacionais. Com pelo menos alguma idéia em comum com alguma estatal, cada um desses votos aproxima deputados, alguns eleitos por agremiações cujo programa partidário condensa expressamente o nacionalismo exacerbado.

Os partidos, ora os partidos... que importância possuem quando interesses maiores — os da Nação, claro, não os pessoais e familiares — se avolumam no horizonte? Há dias, não muitos, essa reverenciada nação acompanhou estupefata a "bancada" ruralista impedir a votação da MP 457, porque pretendia uma anistia dos devedores do sistema de crédito rural. Alguns analistas estimam a dívida em nada menos de US\$ 90 bilhões! Algo em torno de 25% do PIB! Ou seja, três meses de trabalho dos brasileiros. Agora os integrantes da bancada exigem *perdão*, senão... não votam a URV.

Enquanto cada uma dessas "tribos" em que se divide o Congresso Nacional cuida de seus interesses — que sempre dizem respeito ao Tesouro Nacional —, os brasileiros pagam impostos. Serenamente. Até quando?

Os interesses corporativos da sociedade se refletem no Congresso contra os partidos

ESTADO DE SÃO PAULO

- 9 MAI 1994